

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: Ações do setor de serviços públicos têm bom potencial, dizem analistas	2
Título: Corte orçamentário escancara a realidade.....	3
Título: Promessa de energia barata anima indústria.....	5
Título: Brasil quer permitir iniciativa privada na mineração de urânio	6
Título: Equipe de Guedes defende privatização generalizada	7
Título: Mais mineradora do que siderúrgica, CSN vê ações terem alta de 75% no ano	9
Título: MP pede da Vale R\$ 50 bi para Brumadinho	10
Título: Tempo perdido em Alcântara	11
Título: Com receita menor, governo deve bloquear mais de R\$ 10 bi do Orçamento	12
Título: Moraes suspende acordo entre força-tarefa e Petrobrás	14
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	15
Título: Acordo EUA-China e o agro brasileiro.....	15
Título: ‘Tem que ir tudo’, diz Guedes ao defender privatização de estatais	17
Título: Ministro fala em ampliar divisão de receita do pré-sal	19
Título: Dodge sabia de acordo com Petrobras há um ano, diz força-tarefa	20
VEÍCULO: O Globo.....	21
Título: Presidente da Petrobras sonha em privatizar estatal e fechar BNDES.....	21
Título: Decisão do Supremo sobre crimes ligados à prática de caixa dois pode beneficiar Cunha	22
Título: Dodge enfrenta crise após embate com Lava-Jato.....	24

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 16/03/2019****Seção: Colunas****Autor: Renato Carvalho****Título: Ações do setor de serviços públicos têm bom potencial, dizem analistas**

Broadcast de olho nas ações

Há otimismo no mercado em relação ao desempenho das ações do setor conhecido como “utilities”, que abarca as empresas de serviços públicos como energia elétrica e saneamento básico. Segundo analistas, a perspectiva positiva se justifica com possíveis privatizações, já que o segmento tem alta participação de estatais, e também pela retomada da atividade econômica, que deve beneficiar principalmente o setor de energia. Para Sabrina Cassiano, analista da Coinvalores, a economia é o principal fator que justifica o otimismo com o segmento de serviços públicos, com início de uma recuperação no consumo. Ela cita ainda as condições climáticas, importantes para as empresas de energia elétrica, e que estão mais favoráveis neste início de ano.

“Além disso, a tendência também é positiva em termos regulatórios, com menor risco de ingerência política, e com a possibilidade de novas privatizações”, completa a analista. As ações preferidas da Coinvalores nesse setor são Engie ON e Alupar Unit. Pedro Galdi, analista da Mirae Asset, lembra que o setor de utilities concentra boa parte das estatais negociadas na B3, e a posse do presidente Jair Bolsonaro e dos novos governadores impulsionou o valor das ações neste começo de 2019, principalmente pela expectativa de privatizações. “Os múltiplos estavam e continuam defasados por incertezas e agora acabaram mostrando um movimento de recuperação. Já no caso das transmissoras de energia, que se apresentam como boas pagadoras de dividendos, a expectativa segue positiva para um viés de recuperação da economia doméstica”, diz Galdi.

Dentro do segmento, a Mirae tem recomendação de compra para AES Tietê Unit e Eneva ON. O analista da Nova Futura Investimentos Alexandre Faturi lembra que o setor de utilities no Brasil sempre esteve intrinsecamente ligado ao setor público. “Diante das intenções em privatizar diversas empresas, grande parte da valorização na carteira teórica de utilidade pública pode ser explicada pela agenda de reformas do governo”, explica. Ele ressalta que outro fator relevante é a nova metodologia do WACC (Custo Médio de Capital Ponderado) para o segmento de geração e transmissão de energia, proposta pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

“A nova metodologia deve tornar mais previsível a lucratividade das empresas desses segmentos”. Ele lembra que Engie Brasil ON, Energisa Unit, Sabesp ON e Cemig PN são as ações preferidas. Em relação às carteiras recomendadas para a próxima semana, a Guide Investimentos retirou Marcopolo PN e BRF ON, e incluiu BRMalls ON e B3 ON. A Mirae também fez duas trocas, retirando Sanepar Unit e Banco do Brasil ON, com as entradas de Randon PN e Itaú Unibanco PN.

A Socopa retirou Hypera ON da sua carteira e inseriu Usiminas PNA. A Terra Investimentos retirou Usiminas PNA e colocou Klabin Unit em sua carteira. A Modalmais manteve somente Itaú Unibanco PN em relação à carteira anterior, retirando Petrobrás PN, Vale ON, B2W ON e IRB ON. Foram incluídas Usiminas PNA, Bradesco PN, Lojas Renner ON e Ultrapar ON. A Nova Futura trocou toda a carteira, retirando Minerva ON, Ambev ON, Light ON, Ser Educacional ON e RD ON. Entraram Bradesco PN, Cosan ON, Gerdau PN, Petrobrás PN e Weg ON.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 16/03/2019

Seção: Colunas

Autor: Adriana Fernandes

Título: Corte orçamentário escancara a realidade

O início da tramitação da reforma da Previdência na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, na próxima semana, coincidirá com a definição, pela equipe econômica, do corte nas despesas do Orçamento – o primeiro do governo do presidente Jair Bolsonaro. A coincidência mostra que os problemas da economia real continuam na mesa e não podem esperar pelas mudanças nas regras da aposentadoria, cuja votação deve ir muito além do primeiro semestre deste ano. A necessidade de um corte “considerável” nas despesas do Orçamento da União deve ser anunciada na próxima sexta-feira e refletir os efeitos da falta de solução para dois problemas que o governo Bolsonaro prometeu acelerar: a recuperação do crescimento e as privatizações.

Apesar da confiança dos agentes de mercado na política do ministro da Economia, Paulo Guedes, o crescimento continua em marcha lenta. O impacto nas contas do governo é imediato: a arrecadação de impostos está vindo abaixo do que foi projetada, o que exige compensações no lado das despesas, justamente onde não há muito espaço. Só se veem pressões para expandir os gastos vindo dos novos ministros que querem – com razão – mostrar serviço, entre eles Sérgio Moro, e também de parlamentares aliados que cobram a liberação de emendas para apoiar a reforma da Previdência. Numa segunda frente, o problema de falta de receitas no Orçamento está concentrado em uma das principais bandeiras de Guedes: privatizações.

É verdade que esse plano ficou em segundo plano para não atrapalhar a reforma da Previdência. Mas a política de venda de ativos do ministro, recebida com euforia pelos investidores, acabou esbarrando em interesses diversos, inclusive em resistências do próprio presidente e dos militares que o assessoram. Como resultado dessas contradições internas, o processo de privatização da Eletrobrás, que teve início no governo Temer, ficará, no melhor dos cenários, para o início de 2020, como já previu o próprio presidente da empresa, Wilson Ferreira Junior. O megaleilão de barris excedentes da área da cessão onerosa do pré-sal, promessa para alavancar as receitas neste ano, também pode não acontecer em 2019. A licitação está marcada para outubro, mas há um longo e complexo caminho até lá.

As maiores perdas apontadas na primeira revisão do Orçamento vêm, portanto, da perda da previsão de receitas com o adiamento da privatização da Eletrobrás, e da queda da frustração da arrecadação de tributos, como a contribuição previdenciária. A solução é correr com as concessões para aumentar receitas. O bem sucedido leilão de aeroportos foi um bom sinal, mas isso não resolve o problema do corte orçamentário. Com o risco de o corte ser maior do que esperava, o ministro Guedes saiu a campo, durante palestra no Rio de Janeiro, para reforçar o empenho em torno das privatizações e do leilão da cessão onerosa. Não foi à toa.

De alguma forma, ele já viu que precisa preparar o terreno para o anúncio do corte, mesmo que consiga, até lá, reduzir o seu tamanho, calculado hoje em pouco mais de R\$ 10 bilhões. Com a promessa de zerar o déficit em 2019, o que já sabe que não será possível, o ministro não pode deixar o bom humor com o futuro do Brasil ir embora no rastro do processo de desaceleração que bateu à porta da economia mundial. A reforma da Previdência é prioridade, e o cenário indica que ela será aprovada, ainda que com alguma desidratação. A equipe econômica tem de tocar sua agenda independentemente dela.

É preciso que o governo faça uma ponte com os problemas mais urgentes que travam a economia real e que não estão necessariamente conectados à reforma. O corte indigesto do Orçamento mostra aos novos comandantes do governo que não é nada trivial a solução para o déficit público, como também não será fácil manter o discurso de que a reforma alcança a todos da mesma forma. O impasse em torno da inclusão de aumento salarial e de uma transição mais suave para os militares no projeto de reforma das Forças Armadas está aí para mostrar.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 16/03/2019****Seção: Economia****Autor: Anne Warth Renata Agostini / BRASÍLIA****Título: Promessa de energia barata anima indústria**

Defendida por Paulo Guedes, medida prevê reduzir em até 50% o custo do gás natural; companhias pedem ações que elevem a concorrência no setor

Anunciada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, como uma das medidas para retomar o crescimento do País, o “choque da energia barata” já movimentou a indústria. Sob a liderança da Associação Brasileira de Grandes Consumidores (Abrace), empresários têm levantado dados para a equipe econômica na esperança de acelerar as iniciativas para abrir o mercado de gás e acabar com o monopólio da Petrobrás na área. Mesmo sem um plano ainda estruturado, Guedes tornou o assunto público, deixando claro que não vai aceitar propostas intervencionistas que criem ou ampliem subsídios, como a famosa Medida Provisória 579, de 2012. Lançada pela ex-presidente Dilma Rousseff, ela reduziu a conta de luz em 20% em 2012, mas acabou resultando num reajuste de 50% em 2015.

Em entrevista ao Estadão/Broadcast, o ministro afirmou que deseja promover um “choque liberal na energia”, com o aumento da concorrência e fomentando investimentos no setor. Seu foco, afirmou, é baratear em até 50% o custo do gás natural para “reindustrializar” o País. O anúncio de Guedes pegou alguns de seus auxiliares de surpresa, já que o tema ainda não está maduro dentro da equipe econômica. Há, por ora, iniciativas que já vinham sendo tocadas pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), com regulamentações do setor, e pela Petrobrás, com a venda de ativos. A fala de Guedes, porém, foi suficiente para animar o setor privado. Em carta assinada por 15 associações, o presidente da Abrace, Paulo Pedrosa, reconhece que medidas de intervenção e o uso de estruturas estatais para financiar o setor já se esgotaram e se mostraram ineficientes.

O grupo defende medidas que elevem a competição e a competitividade no setor, além do enfrentamento de questões como privilégios e subsídios que, na avaliação dele, elevaram o insumo a um nível “insustentável”. “Não é uma redução de custos por mágica, mas por mérito”, disse. Segundo a Abrace, cada R\$ 1 a menos no custo da energia representa um aumento da riqueza nacional de quase R\$ 4 bilhões em dez anos. “Preços competitivos de gás e energia podem agregar 1% de crescimento anual ao PIB e gerar 12 milhões de empregos no mesmo período”, diz o documento. A entidade destaca que, para a indústria,

a energia aumentou três vezes mais que a inflação desde 2000. No caso do gás, o aumento foi quase sete vezes superior à inflação no período.

Para Pedrosa, o ministro tem liderança para promover a modernização do setor, com apoio de governadores e do setor privado. A carta é assinada por associações de indústrias de alimentos, cloro, têxtil, vidro, ferroligas, cerâmica, veículos, mineração, aço e de defesa do consumidor. O presidente da Associação Brasileira do Alumínio (Abal), Milton Rego, disse que o custo da energia é essencial para o setor. Segundo ele, o Brasil produziu no ano passado 700 mil toneladas de alumínio, menos da metade dos 1,7 milhão de 2008. “Temos de abrir o mercado. Casos como vimos em São Paulo, com reajuste da ordem de 30%, acontecem porque temos pouquíssimos players no mercado, e eles compram tudo de uma empresa só: a Petrobrás.” O presidente da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), Fernando Figueiredo, disse que o setor é o maior consumidor de gás do País.

“Não queremos energia barata, mas, sim, energia competitiva. Somos totalmente contra mais subsídios e intervenções”, disse Figueiredo. O diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), Adriano Pires, disse que a ideia do ministro é bem-vinda, mas também levanta preocupações. “Só vamos baixar o preço se houver aumento de oferta. Não é com a caneta do ministro, do regulador ou do presidente. Já vivemos isso antes e sabemos quem paga a conta no final”, disse, em referência à MP 579. O presidente da Abegás, Augusto Salomon, disse esperar que o governo cumpra os contratos de concessão com as distribuidoras até o fim.

Ele destacou que os próprios Estados têm participação relevante nessas empresas. O presidente da Petrobrás, Roberto Castello Branco, reconheceu que o gás é um custo importante para a indústria e que o tema está sendo debatido com o governo. “Estamos trabalhando com os Ministérios da Economia, de **Minas e Energia** e ANP para mudar esse ambiente, esse arcabouço institucional, tanto no que diz respeito às regulações, às leis e, principalmente à Constituição, para que esse potencial de riqueza do Brasil seja explorado”, disse. / COLABORARAM FERNANDA NUNES e DENISE LUNA

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 16/03/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Brasil quer permitir iniciativa privada na mineração de urânio

Segundo Albuquerque, estrangeiros devem se interessar em Angra 3 e no desenvolvimento de reatores nucleares

O governo brasileiro planeja uma mudança na legislação de mineração para abrir a prospecção e a mineração de urânio no país a investidores estrangeiros, segundo **o ministro de Minas e Energia, almirante Bento Albuquerque**. Ele afirmou que já existe um pré-projeto para essa alteração, mas o governo irá negociar com o Congresso uma versão final. Não é uma mudança simples, porém. O governo federal tem monopólio sobre a cadeia de urânio, conforme estabelece a Constituição, por questões de segurança. A Eletronuclear é responsável pela geração de energia nuclear e as Indústrias Nucleares Brasileiras (INB) da extração e do beneficiamento.

“Temos de resolver internamente a questão da exploração do urânio”, afirmou o ministro, que está em Washington, como parte da comitiva do presidente Jair Bolsonaro. “Temos de flexibilizar nossa legislação para que possa haver a participação da iniciativa privada na exploração de urânio.” O ministro explicou que a pré-proposta de mudança na legislação foi preparada nos últimos dois anos pelo Conselho Nacional de Política Mineral, mas um projeto final será negociado com o Congresso. “Fica melhor se for feito a quatro mãos”, disse. Segundo Albuquerque, as mudanças incluem melhoria também no controle e fiscalização da atividade.

“Depois disso, a gente vai abrir para que pessoas interessadas possam participar desse investimento”, afirmou. Radioativo. Além da prospecção e mineração, o governo brasileiro planeja abrir a concorrência internacional de outros projetos na área nuclear. Segundo ele, até agora a única área que deve ficar de fora é a de produção de combustível nuclear. Os investimentos nucleares devem atrair a atenção das empresas dos EUA. Tanto para participar da licitação para construção da usina de Angra 3 como para cooperação no desenvolvimento de reatores nucleares a serem usados em usinas de pequeno porte para geração de energia, segundo ele. “Seria para levar pequenas usinas nucleares para atender determinadas demandas em partes do território brasileiro”, afirmou. / REUTERS

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 16/03/2019

Seção: Economia

Autor: FERNANDA NUNES, DENISE LUNA e VINÍCIUS NEDER

Título: Equipe de Guedes defende privatização generalizada

Presidente da Petrobrás diz que sonha com a venda da estatal e com a extinção do BNDES, mas que ‘negócios’ não estão na pauta do governo

Na sede da Fundação Getúlio Vargas (FGV), referência do liberalismo brasileiro, economistas em postos de liderança no governo defenderam ontem a venda completa das estatais. O grupo inclui os presidentes da Petrobrás, Banco do

Brasil e Caixa Econômica, além do ministro da Economia, Paulo Guedes. O mais enfático foi o presidente da petroleira, Roberto Castello Branco, que disse que ele e seus pares são “evidentemente, contrários à presença de 99,9% das estatais, com exceção do Banco Central”. Segundo Castello Branco, os bancos públicos precisam ser privatizados e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), extinto.

Ele lembrou, no entanto, que as vendas ainda não fazem parte da pauta do governo. “Já que não podemos privatizar, não temos mandato para isso, vamos transformar a Petrobrás o mais próximo possível de uma empresa privada, que crie valor para seus acionistas, e o principal acionista da Petrobrás é a sociedade brasileira”, afirmou. Mas o auge do discurso de privatização partiu do ministro Paulo Guedes. Pelas suas contas, os ativos da União, incluindo as principais empresas estatais, inclusive as não listadas em Bolsa, somadas aos imóveis, poderiam render R\$ 1,2 trilhão aos cofres públicos: “No final vai a (privatização da) Petrobrás também, vai o Banco do Brasil, tem de ir tudo.” Já o presidente do Banco do Brasil, Rubem Novaes, disse que o governo, ao longo da história, atrapalhou mais do que ajudou o banco.

“Minha conclusão é que se o BB fosse privado, ele seria muito mais eficiente, teria melhor retorno e poderia alcançar todos os objetivos que hoje alcança”, argumentou. Também no evento, o presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães, afirmou que já considera as futuras vendas de subsidiárias do banco público como “históricas”. “No exterior, as pessoas estão falando que as operações já estão compradas”, afirmou em palestra, ontem. A primeira operação, envolvendo a Caixa Seguridade, está prevista para setembro. Depois deverá ser vendida a unidade de cartões e em seguida as unidades de loteria e de gestão de ativos.

Um sonho. A venda completa da Petrobrás, assim como de outras companhias públicas, “foi sempre um sonho”, disse Castello Branco. “Não podemos ter tudo o que queremos, mas podemos tentar”, afirmou em seguida, em inglês, parafraseando música dos Rolling Stones. Já que não pode vender a petroleira, sua intenção é transformar a empresa “o mais próximo possível de uma empresa privatizada”, complementou. A Petrobrás pode vender até US\$ 40 bilhões dos seus ativos em 12 meses, segundo Castello Branco. A empresa projeta se desfazer de US\$ 10 bilhões em ativos nos primeiros quatro meses do ano, e “três ou quatro vezes mais” nos próximos 12 meses.

Em plena negociação do governo no Congresso para tentar aprovar a reforma da Previdência, Guedes acenou com a intenção de mudar a distribuição da riqueza oriunda da exploração do petróleo na camada pré-sal, aumentando a parcela para Estados e municípios. A ideia, segundo o ministro, seria inverter a atual proporção de 30% dos recursos para Estados e municípios e 70% para a

União. Com isso, Estados e municípios receberiam a maior parte da estimativa feita pelo ministro para arrecadação com os leilões de petróleo do governo nos próximos 15 anos, um valor entre US\$ 500 bilhões e US\$ 1 trilhão. “Está na hora (de os políticos) assumirem o protagonismo e reabilitar a classe política”, disse Guedes, que defende descentralizar recursos num redesenho do pacto federativo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 16/03/2019

Seção: Economia

Autor: Cristian Favaro Niviane Magalhães

Título: Mais mineradora do que siderúrgica, CSN vê ações terem alta de 75% no ano

Estratégia. Atividade de mineração passa de 30% para 50% da geração de caixa, entre 2017 e 2018, e perspectiva de alta do minério, em função da tragédia de Brumadinho, valoriza papel; reestruturação de dívida e contratos de venda também impulsionam resultados

Mais mineradora do que siderúrgica nos últimos meses, a CSN tem se distanciado dos seus principais concorrentes, Gerdau e Usiminas, com a alta do preço do minério de ferro na esteira do desastre com a barragem da Vale, em Brumadinho (MG). As ações da empresa acumularam ganhos de 75% no ano, maior alta entre as ações listadas no Ibovespa. Assim, o valor da CSN passou de R\$ 12,2 bilhões, no fim do ano passado, para mais de R\$ 21 bilhões nesta semana. O motivo por trás da alta foi o posicionamento estratégico da empresa. Enquanto em 2017, 30% de sua geração de caixa vinham da mineração, no último trimestre do ano passado essa área já respondia por 50% do lucro antes de impostos, depreciação e amortização. Segundo analistas, o cenário para o minério tem peso fundamental para reduzir o endividamento da empresa – seu calcanhar de Aquiles.

Medida pela relação entre a dívida líquida sobre a geração de caixa, no fim de 2018, a alavancagem da empresa era de 4,55 vezes. Na Gerdau e na Usiminas essa relação é de menos de duas vezes. Além dos fornos. O ânimo do mercado com a CSN se explica pela perspectiva de redução do endividamento. “De fato, (a CSN) é a segunda maior mineradora do Brasil”, diz Daniel Sasson, analista de siderurgia do Itaú BBA, ressaltando que ela não tem espaço para aumentar a produção de minério. Porém, com a redução de produção da Vale, o cenário é favorável. “A expectativa é de preço mais alto o ano todo”, afirma Sabrina Cassiano, da Coinvalores.

“Também faz com que a perspectiva de resultado, principalmente no primeiro trimestre, seja mais forte.” Para ela, é importante ainda a perspectiva de alta para o consumo de aço no Brasil, por conta dos sinais de retomada da economia. Há, ainda, outros motivos para o ânimo dos investidores. “Os resultados do quarto trimestre foram bons, melhores do que os concorrentes, mas, mais importante, foi a empresa ter anunciado uma pré-venda de minério”, afirma Sasson, sobre o contrato assinado com a Glencore, que prevê venda de US\$ 500 milhões. Com o recurso, que deve entrar no caixa da empresa até o fim do segundo trimestre, a alavancagem vai cair para 4,1 vezes.

“Ainda é alto, mas ela tem outros ativos que podem ser vendidos”, afirmou. A CSN conseguiu ainda reestruturar sua dívida, reduzindo vencimentos de 2019 e alongando prazos. “Antes da mudança, quase 30% da dívida bruta vencia em 2019”, diz Sabrina. “Agora, é menos de 17%.” Análises. De acordo com Pedro Galdi, analista da Mirae Asset, a CSN tem aprofundado mais os negócios com mineração. Recentemente, a siderúrgica contratou o banco Citi como assessor financeiro para avaliar opções estratégicas para a venda antecipada de minério de ferro. A empresa, no entanto, afirmou que é “prematura qualquer elaboração de cenários sobre o resultado deste processo”.

Apesar da sinalização favorável, porém, Sasson diz que o maior peso da mineração também pode representar ônus. Dois dias atrás, por exemplo, o Ministério Público de Minas Gerais determinou que a empresa elabore um plano para a remoção voluntária dos moradores de bairros vizinhos à barragem da Mina de Casa de Pedra. “Esse momento de apreensão com as operações de mineração tem riscos adicionais”, afirma. Ele destaca, entretanto, que a CSN não usa barragens com à montante das que se romperam em Brumadinho e Mariana.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 16/03/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: MP pede da Vale R\$ 50 bi para Brumadinho

O Ministério Público de Minas Gerais pediu à Justiça que a mineradora Vale seja obrigada a garantir o valor mínimo de R\$ 50 bilhões para reparação ambiental, depois do rompimento da barragem em Brumadinho. Além disso, os procuradores pediram que a companhia mantenha, em fundo privado próprio, capital de giro nunca inferior a 100% do valor a ser utilizado nos 12 meses subsequentes, nas despesas para custeio da elaboração e execução dos planos, programas, ações e medidas.

No caso de eventual descumprimento, o MPMG pede que seja fixada multa diária no valor de R\$ 500 mil reais. Procurada, a Vale afirmou que não foi intimada da decisão sobre o pedido de bloqueio. Ontem, a mineradora também informou que tomou conhecimento e cumpriu de imediato decisão judicial que determina suspensão das operações da barragem Doutor e demais estruturas de sua mina de Timbopeba, em Ouro Preto (MG). A suspensão representa impacto na produção de 12,8 milhões de toneladas de minério de ferro por ano. / REUTERS

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 16/03/2019

Seção: Notas e Informações

Autor:

Título: Tempo perdido em Alcântara

A conclusão do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) entre Brasil e Estados Unidos, que permite o uso comercial da base de Alcântara, no Maranhão, mostra como uma falsa polêmica pode gerar prejuízos ao interesse nacional. Em 2001, no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, um acordo semelhante foi assinado, mas a oposição vendeu o discurso de que os termos do tratado feriam a soberania nacional e, no ano seguinte, o Congresso acabou por rejeitá-lo. Desde então, o Brasil tentou reabrir as negociações com os Estados Unidos, mas as rodadas de conversa sobre o tema intensificaram-se em maio do ano passado. Agora, quase 20 anos depois, os dois países chegaram a um consenso sobre a nova redação do acordo. A previsão é de que seja assinado pelos presidentes Jair Bolsonaro e Donald Trump em Washington, no próximo dia 19 de março. Como se vê, trata-se de mais um tema que ficou atravancado durante os governos petistas e que o governo de Michel Temer conseguiu com êxito destravar. O AST refere-se à proteção de conteúdo com tecnologia americana usado no lançamento de foguetes e mísseis a partir da base de Alcântara.

Tendo em vista que 80% do mercado espacial usa tecnologia americana, o uso da base brasileira, sem o acordo, estava muito limitado. O texto inclui também o compromisso de não proliferação de tecnologias de uso dual – aquelas que podem ser usadas tanto para fins civis como militares. Ao ampliar o uso da base de Alcântara e promover investimentos no setor, o AST possibilita uma série de parcerias empresariais e insere o País no âmbito da cooperação espacial. “Essa negociação encerra quase 20 anos em que estamos tentando lançar da base de Alcântara mísseis de maior capacidade, de maior porte e que podem ser utilizados no uso comercial, sobretudo de lançamento de satélite”, afirmou Sérgio Amaral, embaixador do Brasil nos EUA, ao Estado. O AST deixa claro que não haverá segregação de uma área da base de Alcântara em favor dos Estados

Unidos, como se o Brasil estivesse cedendo soberania sobre o território nacional.

A previsão é de restrição de acesso. “Teremos em Alcântara um espaço para proteção de tecnologia americana, mas continua sendo espaço de jurisdição brasileira. Não é cessão de território para ninguém, é um espaço que foi transformado em área de acesso restrito”, explicou Sérgio Amaral. O acordo prevê que a área ficará restrita a pessoas credenciadas pelos dois governos ou sob consulta pelo governo americano ao brasileiro. A nova redação também limitou o escopo do tratado. Antes, a proteção recaía sobre toda a tecnologia utilizada. Agora, ela está restrita a mísseis, foguetes, artefatos e satélites que utilizem tecnologia americana. Cada vez mais, o aproveitamento do potencial de um país em muitas áreas exige estabelecer acordos e parcerias com outras nações. O desenvolvimento tecnológico envolve integração internacional. Por sua localização geográfica, a base de Alcântara possibilita, por exemplo, uma economia de até 30% de combustível no lançamento de satélites.

Essa vantagem competitiva era desperdiçada, no entanto, pela ausência de acordo, e o tema ficou parado por quase 20 anos também por limitações ideológicas do PT. Afinal, era o mesmo partido que fez oposição ao acordo durante o governo FHC. Um país fechado, encerrado numa ideia equivocada de soberania, desperdiça muitas oportunidades. É fundamental que questões ideológicas não limitem a atuação internacional do País. Seja para exportar, seja para realizar parcerias em projetos de vanguarda tecnológica e em tantas outras possíveis áreas de cooperação, não faz sentido que o Brasil restrinja opções por suposta falta de sintonia ideológica. Esse modo de atuar – tão presente nos anos petistas e que, agora, com sinal trocado, se vê em algumas manifestações do governo Bolsonaro – causa enorme prejuízo para o País. O critério a reger os acordos internacionais deve ser sempre o interesse nacional, não as limitações ideológicas de quem está no poder.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 16/03/2019

Seção: Economia

Autor: Renata Agostini

Título: Com receita menor, governo deve bloquear mais de R\$ 10 bi do Orçamento

Contas. Queda na arrecadação em janeiro e impossibilidade de contar com os recursos da privatização da Eletrobrás este ano acenderam sinal de alerta em relação ao cumprimento da meta fiscal, que prevê a possibilidade de um rombo de até R\$ 139 bilhões

A equipe econômica se prepara para anunciar na próxima semana um bloqueio de recursos no orçamento que afetará diversas áreas do governo. A cifra final a ser apresentada ainda está em avaliação, mas a tendência é que o contingenciamento fique acima de R\$ 10 bilhões, segundo duas fontes a par das conversas. Os principais integrantes do Ministério da Economia já foram avisados de que o bloqueio será expressivo. O assunto está sendo tratado com o Palácio do Planalto, e a decisão final será tomada na semana que vem. O bloqueio virá num ambiente já de forte contenção de gastos. O Orçamento aprovado prevê despesas totais de R\$ 3,38 trilhões, mas somente R\$ 155,8 bilhões restaram reservados para os investimentos públicos.

Considerando que, dentro desse montante há quase R\$ 120 bilhões correspondentes a estatais, o restante da administração pública ficou com somente R\$ 36,2 bilhões para investimentos, o valor mais baixo definido em Orçamento desde 2004. O contingenciamento de recursos é um expediente usado por governos para garantir o cumprimento da meta fiscal. Quando se identifica risco de estouro dessa meta, parte dos gastos previstos é congelada. O Orçamento aprovado para este ano prevê a possibilidade de um rombo de até R\$ 139 bilhões. O ministro da Economia, Paulo Guedes, prometeu, durante a campanha de Jair Bolsonaro à presidência, que zeraria esse déficit em 2019, e ainda não recuou publicamente desse compromisso.

Para alcançar a meta, ele conta com receitas extraordinárias, como a arrecadação do megaleilão do pré-sal, além de concessões federais. Cientes da dificuldade de entregar até mesmo o buraco previsto no orçamento diante do ritmo lento da economia, integrantes da equipe econômica já antecipavam nos bastidores que seria necessário anunciar algum contingenciamento logo no início do ano. Extra. Contra o governo, há uma frustração do lado das receitas. O recuo de 0,66% registrado na arrecadação em janeiro, seguindo tendência dos últimos meses de 2018, reforçou para a equipe econômica que o desafio na área fiscal será grande.

Além disso, o governo não poderá contar com a receita da privatização da Eletrobrás. O processo renderia, no final, R\$ 12,2 bilhões à União mas, como a privatização ficou para 2020, esses recursos serão cortados. A favor do governo, há a perspectiva de receitas extraordinárias, como o bem-sucedido leilão de aeroportos realizado ontem, no qual o governo arrecadou quase R\$ 2,4 bilhões, valor bem acima do mínimo fixado. Não havia no orçamento uma previsão de receitas com concessão de aeroportos, o que dá à equipe econômica uma folga e pode fazer com que o contingenciamento não fique tão acima de R\$ 10 bilhões. Marcado para outubro, o megaleilão de petróleo do pré-sal – que ainda depende de acordo entre o governo e a Petrobrás – também não está no Orçamento.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 16/03/2019****Seção: Política****Autor: Amanda Pupo****Título: Moraes suspende acordo entre força-tarefa e Petrobrás**

Na decisão, ministro do Supremo afirma que ‘parece’ ter ocorrido um ‘ilegal desvirtuamento’ na execução do trato

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu ontem o acordo firmado entre os procuradores da força-tarefa da Operação Lava Jato em Curitiba e a Petrobrás que previa a criação de um fundo com R\$ 2,5 bilhões recuperados. A decisão atende a um pedido da procuradora-geral da República, Raquel Dodge. Além de suspender o acordo, Moraes determinou o bloqueio de todos os valores depositados pela estatal. O ministro afirmou que “parece” ter ocorrido um “ilegal desvirtuamento” na execução do acordo realizado entre a Petrobrás e o departamento de Justiça dos Estados Unidos, que fixou a multa bilionária. “A atuação do MPF perante o Juízo da 13.ª Vara Federal nos inquéritos e nas ações penais da Lava Jato, a priori, jamais tornaria esse órgão preventivo para a ‘execução’ do acordo celebrado nos Estados Unidos”, afirma o ministro.

Sua decisão, no entanto, não afeta o acordo entre a Petrobrás com as autoridades americanas, que resultou na multa. Segundo o acordo da força-tarefa, agora suspenso, parte do valor da multa seria destinada a uma fundação gerida por entidade privada, que estava em fase de criação. Diante das críticas – incluindo a reação de ministros do Supremo –, os próprios procuradores já haviam pedido a suspensão desta parte do acordo. A decisão de Moraes, por sua vez, paralisa todo o acordo da força-tarefa, que previa ainda usar parte do montante para eventual ressarcimento de investidores da estatal.

Ao pedir a suspensão do fundo, Raquel afirmou que o acordo entre a estatal e a força-tarefa da Lava Jato ofende princípios como da separação de Poderes, da preservação das funções essenciais à Justiça, da legalidade e moralidade na “independência finalística e orçamentária do Ministério Público”. Reação. Os termos duros usados pela procuradora-geral no pedido de suspensão geraram mal-estar entre integrantes da força-tarefa. Ontem, em nota, procuradores da Lava Jato afirmaram que Raquel sabia do acordo há mais de um ano. “A decisão é reflexo do entendimento equivocado da procuradora-geral a respeito do acordo, segundo o qual os recursos ficariam no Brasil senão fosse a realização do acordo suspenso”, diz o texto.

A reação também partiu na própria equipe da procuradora-geral. Dois procuradores da República que atuavam em uma secretaria vinculada ao gabinete de Raquel pediram demissão, o que foi recebido pela categoria como um protesto. Os procuradores Pablo Coutinho Barreto e Vitor Souza Cunha eram chefes da Secretaria de Perícia, Pesquisa e Análise (SPPEA). Questionada pela reportagem, a Procuradoria-Geral da República disse que os dois informaram que saíram por motivos pessoais e que o órgão não faria comentários. / COLABORARAM RICARDO BRANDT e BRENO PIRES

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 16/03/2019

Seção: Colunas

Autor: Marcos Sawaya Jank

Título: Acordo EUA-China e o agro brasileiro

Brasil pode ser atingido em soja, milho, algodão, etanol e todas as carnes

O encontro entre Jair Bolsonaro e Donald Trump no dia 19 se dará às vésperas da conclusão de um acordo histórico entre os EUA e a China que pode ser altamente disruptivo para o agronegócio mundial, afetando principalmente o Brasil.

O acordo pode representar o fim de uma era em que o comércio se expandia baseado essencialmente na competitividade dos países, sem grande esforço. Ele traz novos elementos para a equação: pressionados por imenso déficit comercial de US\$ 420 bilhões, os EUA deram início a uma guerra mercantilista com a China impondo elevadas tarifas sobre US\$ 250 bilhões em importações.

O gigante asiático retrucou impondo tarifas sobre US\$ 110 bilhões dos EUA, o que atingiu em cheio a soja americana. A disputa trouxe US\$ 8 bilhões adicionais às nossas exportações de soja para a China, levando os incautos a inclusive “comemorar” a guerra comercial

Tudo indica que os EUA vão forçar a China a ampliar as suas compras de produtos agropecuários americanos em absurdos US\$ 30 bilhões anuais, que, na melhor das hipóteses, se somariam aos US\$ 14 bilhões que foram adquiridos em 2018. Previsões mais sombrias dizem que as importações chinesas vindas dos EUA poderiam ultrapassar US\$ 50 bilhões anuais, se somadas ao valor de 2017, que foi de US\$22 bilhões.

Acreditamos que as exportações mundiais de soja voltarão ao seu curso normal pré-2017, com os chineses se beneficiando plenamente da alternância das safras americana (EUA) e sul-americana (Brasil e Argentina), que ocorrem em

diferentes momentos do ano. Essa complementariedade garante estabilidade de oferta e menor risco para a China.

Ocorre, porém, que, para chegar aos US\$ 30 bilhões adicionais, a China teria de oferecer acesso privilegiado aos EUA em outros produtos.

Dois casos com forte impacto sobre o Brasil são o milho e o algodão. O consumo de milho da China é gigante (280 milhões de toneladas), porém as suas importações têm sido muito reduzidas — apenas 3,5 milhões de toneladas em 2018. Os EUA pressionarão a China a importar muito mais milho, flexibilizando o seu regime restritivo de cotas de importação e facilitando o ingresso de milho transgênico.

Outros produtos americanos que seriam beneficiados pelo acordo são o etanol de milho, o DDG (subproduto da produção de etanol usado em alimentação animal) e as carnes. No caso do etanol, a importação viria da obrigatoriedade de mistura de 10% de etanol na gasolina da China (E10), que foi mandatada no passado, mas jamais cumprida.

Estimamos que, entre produtos e subprodutos de milho, etanol e algodão, a China poderia ampliar suas importações dos EUA em mais de US\$ 10 bilhões adicionais por ano.

Nas carnes, se a China retirar as restrições técnicas e sanitárias que foram impostas aos americanos nos últimos anos, certamente seremos prejudicados em todas as proteínas animais — aves, suínos e bovinos —, com destaque para as perdas de mercado em pés e coxas de frango.

A China certamente tem meios para atender à forte pressão dos EUA, ampliando o acesso de soja e de outros produtos agropecuários. Resta saber se isso será feito à luz das regras da OMC, se ela vai “forçar a barra” na flexibilização das barreiras técnicas e sanitárias e se usará a sua estrutura estatal (estoques estratégicos e empresas públicas) para operacionalizar o acordo.

Enfim, se esse acordo se concretizar, poderemos estar entrando numa era de “comércio administrado” caso a caso, sob a égide de interesses geopolíticos, que pode reduzir o nosso acesso à China, ao Brics e a outros mercados emergentes. Aí sim estaríamos entregando a nossa alma.

Esta coluna foi escrita em parceria com André Soares, senior fellow do Cebri (Centro Brasileiro de Relações Internacionais)

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 16/03/2019****Seção: Mercado****Autor: Nicola Pamplona e Lucas Vettorazzo****Título: 'Tem que ir tudo', diz Guedes ao defender privatização de estatais**

Em evento sobre liberalismo, equipe econômica diz que meta é vender o que puder

Em evento sobre liberalismo econômico nesta sexta (15), integrantes da equipe econômica do governo voltaram a defender a privatização de grandes empresas estatais, como Petrobras e Banco do Brasil, apesar de determinação contrária do governo Jair Bolsonaro.

Em sua palestra, na qual disse que privatizações e venda de ativos são uma das prioridades de sua gestão, o ministro da Economia, Paulo Guedes, chegou a dizer que “no final, vai a (privatização da) Petrobras também, vai o Banco do Brasil”. “Tem que ir tudo”, defendeu.

“Como liberais, somos contrários a empresas estatais. Com exceção do Banco Central, bancos públicos deveriam ser privatizados e o BNDES extinto. A Petrobras também deveria ser privatizada”, disse o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, para depois citar canção dos Rolling Stones que diz “nem sempre se pode ter tudo” (You can’t always get what you want).

Castello Branco já havia defendido a privatização da estatal, mas após assumir a empresa, disse não ter mandato para fazê-lo. Prometeu um plano “mais agressivo” de venda de ativos para focar na exploração do pré-sal.

Em sua palestra, Castello Branco disse que a empresa vai arrecadar US\$ 10 bilhões (cerca de R\$ 38 bilhões) com vendas de ativos até abril e espera atingir ao menos US\$ 30 bilhões (cerca de R\$ 114 bilhões) em ativos em 2019.

A expectativa é maior do que os US\$ 26,9 bilhões (R\$ 103 bilhões) previstos para os próximos cinco anos no plano de negócios da empresa, aprovado pela gestão anterior. Castello Branco já disse que pretende propor um plano “mais agressivo”.

“Nos primeiros quatro meses do ano teremos realizado desinvestimentos de US\$ 10 bilhões (R\$ 38 bilhões) e pretendemos fazer muito mais. Acredito que, ao longo de doze meses, podemos ter três ou quatro vezes esses US\$ 10 bilhões”, afirmou nesta sexta.

O executivo não detalhou os ativos com os quais conta para atingir o objetivo. No momento, a empresa negocia a venda da malha de gasodutos das regiões norte e nordeste, negócio estimado pelo mercado em torno dos US\$ 8 bilhões.

Também presente ao evento, o presidente do Banco do Brasil, Rubem Novaes defendeu a privatização do BB e da Caixa, argumentando que as instituições seriam mais eficientes com gestão privada.

“Ao longo da história, o governo mais atrapalhou do que ajudou o Banco do Brasil”, afirmou. “Não vejo nada que não pudesse ser alcançado como prioridade do governo por todo o sistema bancário”, completou o executivo.

O presidente da Caixa, Pedro Guimarães, que participou da mesma mesa em que estava Novaes, não citou privatização do banco, mas falou em saída de segmentos não prioritários e abertura de capital de subsidiárias.

A Caixa pretende lançar em setembro operação para atrair investidores para a Caixa Seguridade. Outras operações de abertura de capital estão em estudo.

O seminário “Nova Economia Liberal” foi realizado pela FGV (Fundação Getúlio Vargas) do Rio e discutiu a Reforma da Previdência, o papel dos bancos públicos e do setor de óleo e gás na nova política econômica brasileira.

Ao convidar Guedes para comandar a área econômica de seu governo, Bolsonaro prometeu carta branca ao economista, mas determinou a manutenção de Petrobras, Banco do Brasil e Caixa como estatais. A decisão tem apoio da ala militar do governo, principalmente em relação à Petrobras.

Ainda assim, as gestões das grandes estatais vêm sinalizando uma postura mais agressiva com relação a vendas de ativos. Na Petrobras, por exemplo, Castello Branco já anunciou que vai rever o plano de desinvestimentos, acelerando a saída de segmentos e reduzindo ao menos à metade sua participação no refino brasileiro.

Guedes convidou o empresário Salim Mattar, dono da Localiza, para assumir a secretaria de Privatizações do ministério e estabeleceu a meta de vender US\$ 20 bilhões (cerca de R\$ 76 bilhões) ainda em 2019.

“Eu trouxe o Salim Mattar, com apetite enorme, doido para privatizar o máximo possível, doido para passar a faca”, afirmou o ministro da Economia, no evento desta sexta. Ele calcula que a venda de todas as empresas e imóveis do governo poderiam render R\$ 1,2 trilhão.

Com a restrição à venda das três maiores estatais, porém, a principal operação na mira do governo atualmente é a venda de ações da Eletrobras, proposta pelo

governo Temer, que reduziria a fatia do governo na companhia. O negócio deve render R\$ 12 bilhões, segundo projeção feita ainda pelo governo anterior.

Outro foco é a venda de imóveis. No evento desta sexta, Guedes brincou que preferiu deixar Mattar morando em um hotel para vender a residência em Brasília para a qual ele poderia se mudar.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 16/03/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Ministro fala em ampliar divisão de receita do pré-sal

O ministro da Economia, Paulo Guedes, prometeu nesta sexta-feira (15) uma parcela maior da arrecadação do pré-sal para estados e municípios, como parte do processo para reequilibrar o pacto federativo e descentralizar a arrecadação.

Em palestra no Rio, ele propôs dar a governos estaduais e prefeituras 70% da arrecadação, deixando os 30% restantes com a União. Atualmente, a distribuição privilegia o Tesouro nacional, que fica com 70%, afirmou.

Guedes estimou que o pré-sal vai gerar entre US\$ 500 bilhões (cerca de R\$ 1,9 trilhão, pela cotação atual) e US\$ 1 trilhão (R\$ 3,8 trilhões) em receitas nos próximos 15 anos. Em 2010, o governo Lula aprovou uma nova lei do petróleo concentrando ganhos na União.

A proposta é um afago a governadores de estados em grave crise fiscal e é vista também como uma maneira de atrair apoio à Reforma da Previdência, prioridade número um da área econômica do governo Jair Bolsonaro.

Segundo o ministro da Economia, seria uma primeira fase da discussão sobre a revisão do pacto federativo, um “balão de oxigênio” para garantir aos governos em crise fôlego até a aprovação de medidas de longo prazo, como a reforma tributária e a desvinculação do orçamento.

“Qual governo não vai apoiar essa medida? Qual deputado não gostaria de apoiar isso?”, questionou Guedes, em evento na FGV. “Acho difícil encontrar quem seja contra isso”, completou o ministro.

A redefinição do pacto federativo é uma das bandeiras de Guedes desde que foi convidado pelo então candidato Jair Bolsonaro a comandar a área econômica do governo. Um slogan que ele vem repetindo desde a posse é “menos Brasília, mais Brasil”.

“Queremos a inversão dessa pirâmide de recursos, que está longe do povo”, afirmou nesta sexta. Na sua avaliação, a Constituição de 1988 previa fatias maiores das receitas aos estados e municípios, mas ao longo dos anos a arrecadação foi sendo concentrada no governo federal.

Guedes defendeu que a desvinculação das receitas garante aos governantes mais autonomia para definir onde gastar o dinheiro.

“A ideia é devolver a capacidade de gestão do orçamento aos estados e municípios e reabilitar a classe política brasileira”, afirmou.

O ministro não deu entrevista após o evento e, portanto, não detalhou a proposta nem a estimativa de arrecadação para os próximos anos. Por lei, a receita dos campos licitados fora do pré-sal já privilegia estados e municípios.

Apenas aqueles concedidos sob o regime de partilha da produção, modelo criado por Lula em 2010, dão uma fatia maior à União. Até agora, foram realizados cinco leilões de áreas sob o regime de partilha.

Neste ano, estão previstos mais dois — um deles, o mega leilão de áreas já descobertas pela Petrobras, mas que excedem os limites de suas concessões. O governo espera arrecadar R\$ 100 bilhões com a oferta.

Guedes disse acreditar que esse leilão “desentope” o setor após anos de estagnação provocada pela queda do preço do petróleo e pela crise financeira da Petrobras.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 16/03/2019

Seção: Poder

Autor: Estelita Hass Carazzai

Título: Dodge sabia de acordo com Petrobras há um ano, diz força-tarefa

Curitiba- Em nova queda de braço com o Ministério Público Federal, procuradores da Lava Jato em Curitiba afirmaram, em petição à Justiça nesta sexta-feira (15), que a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, estava ciente do acordo costurado pela força-tarefa com a Petrobras.

“Desde o início de sua gestão, foi a atual procuradora-geral da República informada acerca das atuações da força-tarefa em Curitiba destinadas a assegurar que, em caso de condenação da Petrobras nos Estados Unidos, parte do valor de eventual condenação retornasse ao Brasil”, escrevem os procuradores, em documento enviado ao juiz Luiz Antônio Bonat, substituto de Sergio Moro na Justiça Federal do Paraná.

O parecer cita um ofício enviado à PGR em novembro de 2015, ainda sob a gestão de Rodrigo Janot, que cita a possibilidade de negociação da força-tarefa com autoridades dos Estados Unidos para que parte do dinheiro de um eventual acordo da Petrobras naquele país voltasse ao Brasil.

Os procuradores também mencionam reuniões pessoais feitas com Dodge e com a procuradora da República que a assessora, realizadas ao longo de 2017 e 2018, além de ofícios e outras comunicações.

“A procuradora-geral da República, ciente do conteúdo do acordo e das tratativas, assentiu com a atuação e as providências que estavam sendo adotadas”, escrevem os membros da Lava Jato. Eles afirmam ainda que a PGR se baseia em “falsas e equivocadas premissas” ao dizer que o MPF iria gerir os valores.

Procurada, a assessoria da Procuradoria-Geral da República não havia se manifestado até a conclusão desta edição.

VEÍCULO: O Globo

Data: 16/03/2019

Seção: Economia

Autor: Bruno Rosa e Ramona Ordonez

Título: Presidente da Petrobras sonha em privatizar estatal e fechar BNDES

Castello Branco diz que quer vender US\$ 10 bilhões em ativos até abril

O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, disse ontem que seu sonho como liberal seria ver o fim das empresas estatais no Brasil. No comando da maior estatal brasileira, disse que gostaria de ver a Petrobras “privatizada” e o BNDES, “extinto”! Mas reconheceu que “nem sempre se pode ter o que se quer” ao citar uma música da banda britânica The Rolling Stones.

— Como liberal, somos contrários a estatais. Petrobras também privatizada e o BNDES extinto, esse seria o meu sonho. Mas é como a música dos Rolling Stones, “You Cant Always Get What You Want” Já que não podemos privatizar, nem temos mandato para isso, vamos transformar a Petrobras no mais próximo possível de uma empresa privada.

O executivo informou que a empresa vai levantar US\$ 10 bilhões com venda de ativos até abril. Ele avalia que subsidiárias como a BR, distribuidora de combustíveis da estatal, podem gerar mais valor para em mãos privadas. Ele participou ontem do evento “A nova economia liberal” na FGV: — Nos primeiros quatro meses (do ano) conseguimos US\$ 10 bilhões com a venda de ativos. Em um ano, teremos de três a quatro vezes esse valor. A posição da

Petrobras, com 98% do refino, é um absurdo. Vamos vender e tirar qualquer tentação para o monopólio.

De saída, ter menos de 50%.

Castello Branco frisou que pretende implantar novo sistema de remuneração: — O objetivo é criar um programa agressivo de remuneração variável. Quem tiver boa performance será premiado. Quem não tiver será punido.

Segundo Castello Branco, o pré-sal terá atenção especial: — Vamos investir US\$ 20 bilhões. na Bacia de Campos.

O presidente da Petrobras informou que a estatal está trabalhando para mudar o arcabouço legal do gás no país e criticou o regime de partilha.

‘DESENTUPIR O PRÉ-SAL’

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem, no mesmo evento, que o acordo da cessão onerosa entre a União e a Petrobras está prestes a ser fechado. A cessão onerosa foi a parte mais importante do processo de mega-capitalização da Petrobras, em 2010, para preparar a empresa para os investimentos no pré-sal. A União entregou à empresa o direito de exploração de cinco bilhões de barris de óleo numa área que tem reserva muito superior. O governo quer licitar esse excedente para reforçar os cofres públicos, mas só consegue fazer a licitação após a renegociação do contrato com a estatal.

União e Petrobras avaliavam que tinham direito a receber US\$ 30 bilhões cada com a renegociação. Assim, a diferença entre as duas propostas chegava a US\$ 60 bilhões.

— Essa diferença caiu para US\$ 2 bilhões. O acordo está quase fechado. E isso vai desentupir o canal do pré-sal e permitir o leilão — disse Guedes .

VEÍCULO: O Globo

Data: 16/03/2019

Seção: O País

Autor: CAROLINA BRÍGIDO

Título: Decisão do Supremo sobre crimes ligados à prática de caixa dois pode beneficiar Cunha

Investigação corre risco de ser anulada e, com ela, a pena de 15 anos e quatro meses de prisão

O ex-deputado Eduardo Cunha (MDB-RJ) pode ser um dos beneficiados com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que definiu a Justiça Eleitoral como foro de investigações da Lava-Jato de crimes ligados à prática de caixa dois. Para juízes da Corte, o processo de Cunha que foi conduzido na 13a. Vara Federal de Curitiba por Sergio Moro deveria ter sido encaminhado para a Justiça Eleitoral desde o início. Na avaliação desses interlocutores, a investigação pode ser anulada agora — e, com ela, a pena de 15 anos e quatro meses de prisão imposta ao ex-parlamentar.

A anulação não é automática. Para isso acontecer, a defesa de Cunha precisaria recorrer a instâncias superiores do Judiciário. Se o eventual pedido for aceito, o ex-deputado não ficará em liberdade. Existem outras condenações que pesam contra ele. Mas a pena total imposta a Cunha ficaria menor.

A ação penal contra Cunha foi aberta no STF em junho de 2016 para investigar se o ex-deputado tinha contas secretas na Suíça para o recebimento de propina. Na época, o tribunal abriu ação penal para investigar os crimes de corrupção passiva, lavagem de dinheiro, evasão de divisas e falsidade ideológica para fins eleitorais—caixa dois.

Quando teve o mandato de deputado cassado, Cunha perdeu o direito ao foro privilegiado. O então relator da Lava-Jato, ministro Teori Zavascki, determinou o envio do caso para a vara de Moro. Na avaliação de fontes do STF ouvidas pelo GLOBO, o juiz poderia ter dividido a investigação, enviando para a Justiça Eleitoral apenas a parte de caixa dois, caso verificasse que o crime não tinha relação com os demais. A outra hipótese seria encaminhar o processo em bloco para a Justiça Eleitoral, no caso de haver conexão entre todos os crimes.

No entanto, Moro tomou uma terceira decisão: mesmo depois que a denúncia por caixa dois já tinha sido recebida pelo STF, o juiz decidiu retirar esse crime do processo, em uma nova análise da denúncia. Um juiz criminal explicou, em caráter reservado, que essa decisão não foi juridicamente correta. Agora, com a decisão do STF, os atos do processo poderiam ser anulados desde a decisão de Moro de retirar um dos crimes da ação penal, em vez de enviar o caso para a análise de Justiça Eleitoral.

VANTAGEM INDEVIDA

No processo, Cunha foi investigado pelo recebimento de vantagem indevida desviada da compra de um campo petrolífero em Benim pela Petrobras. O dinheiro teria sido mantido de forma oculta, com dissimulação de propriedade e origem, em contas bancárias na Suíça. Essas contas teriam sido usadas por Cunha e seus familiares.

Segundo a Procuradoria-Geral da República (PGR), entre 2010 e 2011, Eduardo Cunha teria solicitado e recebido 1,311 milhão de francos suíços, o correspondente a R\$ 5,286 milhões, provenientes da aquisição do campo petrolífero e transferidos com a participação de Jorge Zelada, então diretor da Petrobras.

Na denúncia, o Ministério Público acusou Cunha de não ter declarado, em documento enviado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em julho de 2009, US\$ 3,836 milhões nas contas mantidas na Suíça. O objetivo da omissão seria para fins eleitorais, pois o denunciado não teria como justificar bens no exterior incompatíveis com sua renda. Isso poderia influenciar as eleições, com a exposição da suspeita de enriquecimento ilícito. Esse trecho da denúncia foi rejeitado por Moro posteriormente.

Em março de 2017, Moro condenou Eduardo Cunha a 15 anos e quatro meses de prisão por corrupção, lavagem de dinheiro e evasão de divisas. Foi a primeira condenação do ex-deputado na Lava-Jato

VEÍCULO: O Globo

Data: 16/03/2019

Seção: O País

Autor: AGUIRRE TALENTO E DANIEL GULLINO

Título: Dodge enfrenta crise após embate com Lava-Jato

Procuradora-geral envia ofício ao STF cobrando explicações sobre inquérito aberto para investigar ataques a ministros da Corte; Supremo concede liminar, a pedido da PGR, que suspende criação de fundação com dinheiro da Petrobras

Autora do parecer ao Supremo Tribunal Federal (STF) que questionou a criação de uma fundação privada — com dinheiro recuperado da Petrobras — pelos procuradores da força-tarefa Lava-Jato em Curitiba, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, enfrenta uma crise em sua gestão na Procuradoria-Geral da República (PGR).

Ontem, o ministro Alexandre de Moares concedeu liminar, a pedido da PGR, para suspender o acordo entre a Petrobras e os procuradores da Lava-Jato (criação da fundação), além de determinar o bloqueio dos valores depositados pela companhia. O dinheiro permanecerá em depósito judicial até que a Corte tome decisão definitiva sobre o caso.

Alvo de uma série de críticas de procuradores, nos canais internos da PGR — inclusive com pedidos de renúncia —, a chefe do Ministério Público Federal (MPF) perdeu nos últimos dias dois auxiliares diretos, que pediram demissão em protesto contra sua conduta.

Ontem, em direção oposta à medida judicial que pediu o fim da fundação privada para gerir recursos recuperados pela Lava-Jato, Dodge enviou ao STF um ofício cobrando explicações da Corte sobre o inquérito aberto para investigar ataques a ministros do tribunal.

Um dos pontos questionados por Dodge foi o fato de que as apurações não terão a participação da PGR, como outros inquéritos que tramitam no tribunal. Deve ser designado um delegado da Polícia Federal e um juiz auxiliar para conduzir as investigações. Dodge argumentou que a função de investigar não faz parte das competências do Judiciário, e que isso pode comprometer a imparcialidade no processo.

“Os fatos ilícitos, por mais graves que sejam, devem ser processados segundo a Constituição. Os delitos que atingem vítimas importantes também devem ser investigados segundo as regras constitucionais, para a validade da prova e para isenção no julgamento”, disse Dodge.

Na última semana, os dois procuradores que comandam o setor de perícias da PGR, Pablo Coutinho Barreto e Vitor Souza Cunha, renunciaram aos seus cargos. Ligado ao gabinete de Dodge, o órgão que eles integravam, conhecido como Secretaria de Perícia, Pesquisa e Análise (SPPEA), era responsável por análises de documentos, mídias e quebras de sigilo que alimentavam as investigações da Lava-Jato que corriam na PGR e também nas procuradorias de primeira instância. Barreto era o chefe da secretaria e Vitor, seu adjunto.

A avaliação de parte da classe é a de que, ao atacar a fundação, Dodge atuou para agradar a classe política, traindo os propósitos que direcionam a instituição. Para procuradores, ela teria perdido o apoio interno do MPF, abrindo mão dos votos necessários para integrar a lista tríplice de recondução ao cargo.

OUTRAS CRÍTICAS

Dodge, entretanto, não foi a única a atuar contra a fundação da Lava-Jato. O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), estuda a legalidade do ato, e ministros do Tribunal de Contas da União (TCU) fizeram críticas reservadamente à iniciativa. O Ministério Público junto ao TCU pediu ao órgão para verificar a legalidade do acordo para criação da fundação.

A procuradora conclui o primeiro mandato em setembro e pode ou não ser reconduzida pelo presidente Jair Bolsonaro para outro período de dois anos na PGR. Embora a lista não seja um requisito obrigatório para figurar na relação de indicados ao presidente pela categoria, Dodge precisa estar entre os três mais bem votados na eleição do MPF.

Nesta semana, a Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) também criticou, por meio de nota, a atuação de Dodge no caso da fundação dos procuradores da Lava-Jato. Para a ANPR, não pode ser usada uma ação no Supremo para revisar decisões do MPF em outras instâncias.

Na avaliação da associação, isso abre precedente para que outras entidades questionem quaisquer atos do Ministério Público diretamente ao Supremo. O órgão pretende se tornar parte na ação em que Dodge questiona a Lava-Jato, para defender os procuradores, abrindo uma briga direta com a procuradora-geral.

Desgastada sob críticas de lentidão no andamento dos processos e centralização excessiva no trabalho, Dodge estaria, na avaliação dessa ala de procuradores, cada vez mais desacreditada na categoria. Sob a condição do anonimato, um procurador disse que, ao se opor à força-tarefa, Dodge “ganhou pontos com todas as esferas políticas”, mas perdeu espaço na instituição.

Procurada, a assessoria de imprensa da PGR afirmou que não se manifestaria sobre os fatos citados na matéria.

OPINIÃO DO GLOBO : Privilégio

O ANÚNCIO solene feito pelo presidente do STF, Dias Toffoli, da abertura de inquérito contra supostas calúnias, injúrias e difamações espalhadas em redes sociais contra a Corte e ministros é medida cabível, mas precisa estar em conformidade às leis e normas.

COM A necessária ressalva de que não se trata de cerceamento à liberdade de opinião e expressão, a iniciativa de Toffoli, que anunciou o ministro Alexandre de Moraes relator do caso, esbarra na definição do STF, um foro privilegiado, como destino deste processo.

ORA, O foro é definido pelo domicílio de quem é processado. Caberia a Alexandre de Moraes relatar o caso se as agressões ocorressem na sede do STF. Será um tratamento privilegiado aos ministros se Moraes encaminhar denúncias a serem julgadas apenas por eles mesmos.

MME / ASCOM .